

O mundo de Lula na ONU



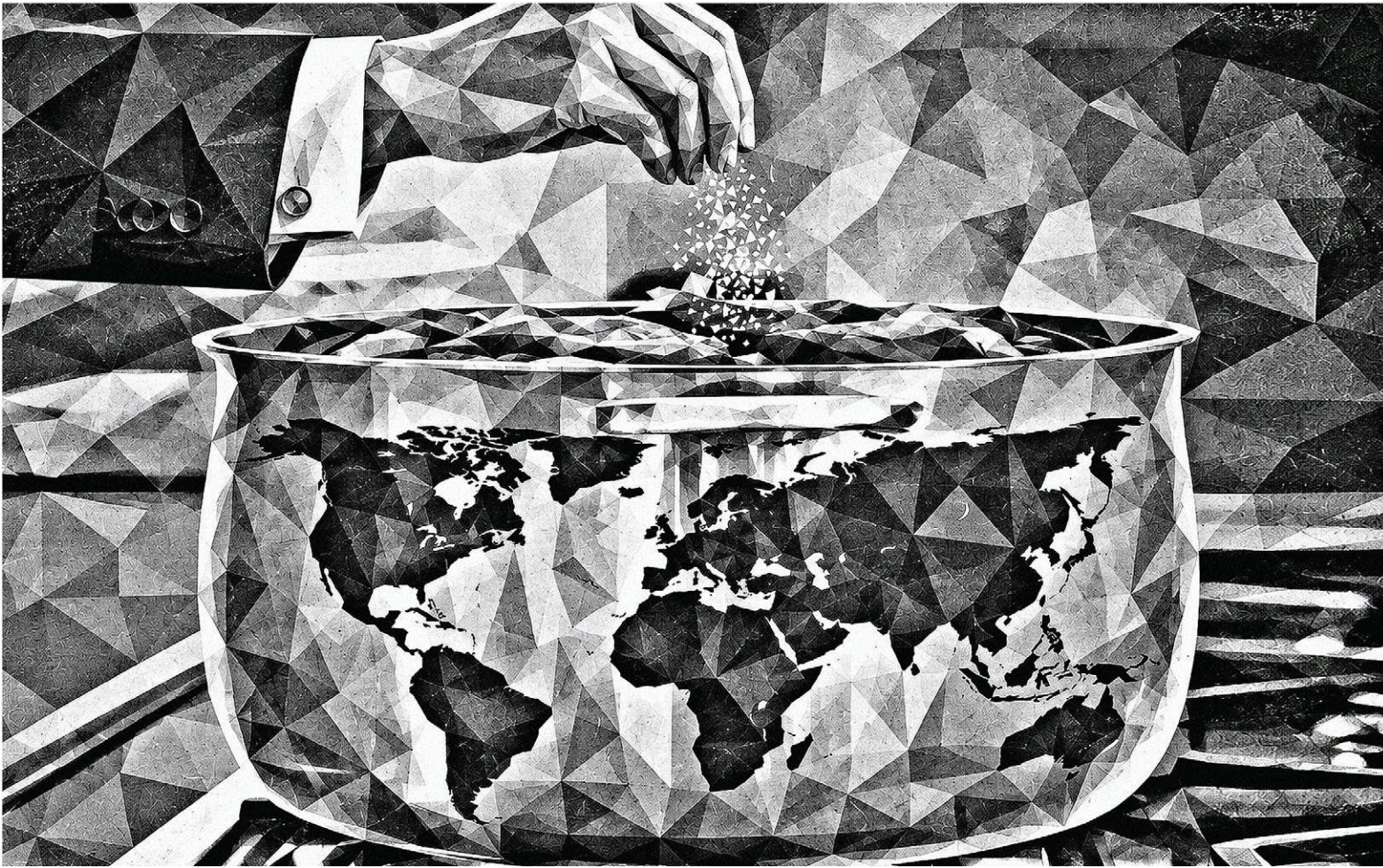
» GUNTHER RUDZIT
Professor de relações internacionais da ESPM, professor convidado da Unifa, membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP

O discurso do presidente Luíz Inácio Lula da Silva na abertura da Assembleia Geral da ONU contém uma das manifestações mais claras do governo brasileiro sobre a transformação do sistema internacional. A novidade não está na defesa da paz, do multilateralismo ou da reforma do Conselho de Segurança. Está na descrição de um mundo em que as instituições perderam capacidade de conter as grandes potências.

Lula afirmou não desconhecer as realidades do poder. E o restante do pronunciamento mostra o alcance dessa constatação. A ONU vive seu momento mais crítico, o Conselho de Segurança está imobilizado, a OMC respira por aparelhos e as tarifas se transformaram em instrumentos de coerção e chantagem. Uma nova corrida armamentista está em curso, enquanto zonas de influência e investidas por recursos estratégicos voltam a organizar o comportamento das potências.

Não é uma mudança pequena. Durante as últimas décadas, o Brasil interpretou crises internacionais como desvios que poderiam ser administrados pela cooperação, pela reforma das instituições e pela inclusão dos países emergentes. O discurso vai além: reconhece que a própria arquitetura construída depois da Segunda Guerra Mundial perdeu capacidade de proteger os mais vulneráveis.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Deixem o futuro chegar!



» FERNANDO BARROS
Jornalista e diretor-executivo do Instituto Fórum do Futuro

Entramos em uma nova era. Disrupções tecnológicas aceleradas, incertezas geopolíticas, ajustes inadiáveis na agenda da transição climática e inteligência artificial imprimem uma maneira inédita de produzir riqueza. O motor da economia global migra do capital físico e do trabalho humano para a propriedade intelectual, para a gestão de dados e para a capacidade computacional. Como conectar urgências e realidades complexas com estruturas econômicas, sociais, regulatórias, educacionais e com as escolhas políticas a serem feitas pela sociedade?

A expressão “resgate da confiança” traz junto a responsabilidade de recompor canais credíveis de mediação entre o universo das complexidades e o território da realidade. Uma pesquisa do Pew Research Center anotou que 14 milhões de norte-americanos acreditam que o leite achocolatado vem de vacas marrons. É nesse mundo que a mediação entre as elites produtoras de conhecimento e a sociedade deixa de ser opção. Passa a ser um dever.

A tarefa não é simples, claro, e tem dois eixos centrais. O primeiro é o do jornalismo profissional. No Brasil e no mundo, as empresas e instituições do setor não investiram o suficiente para esclarecer o seu papel numa sociedade governada por relações algorítmicas, onde o jovem é a vítima maior de uma lógica que confunde opinião e informação. Há reações, mas até agora tímidas e ineficientes.

Os jovens (e 50% da população brasileira têm

O diagnóstico também chega ao hemisfério. Ao afirmar que o Brasil não cabe no quintal de ninguém e não precisa de porta-aviões vigiando suas águas, Lula responde ao retorno de uma concepção militarizada da influência norte-americana. Soberania já não aparece apenas como princípio jurídico, mas como capacidade de resistir a pressões militares, econômicas, tecnológicas e eleitorais.

Há sinais semelhantes nas referências aos minerais críticos, às plataformas digitais, à inteligência artificial e ao Pix. Ao exigir agregação de valor, transferência de tecnologia e suprimento de setores estratégicos, o discurso reconhece que o poder depende do controle de cadeias produtivas, infraestruturas e tecnologias. São temas que já não cabem na separação entre economia e segurança.

A questão central, entretanto, surge quando o discurso passa do diagnóstico às respostas. A paralisia da ONU é atribuída a uma crise de liderança. O Conselho de Segurança deveria voltar a cumprir seu papel. A vontade política precisaria ser reencontrada. A diplomacia deveria prevalecer sobre a guerra e o multilateralismo sobre o unilateralismo. O mundo mudou, mas os instrumentos apresentados para enfrentá-lo continuam sendo, em grande medida, aqueles formulados durante o período de expansão da ordem multilateral.

O texto parece antecipar a objeção de que essa resposta seria idealista e procura apresentá-la como expressão de realismo. A preocupação é reveladora. Diplomacia e multilateralismo continuam indispensáveis, sobretudo para países que não dispõem do poder das grandes potências. O problema começa quando a defesa das instituições substitui uma estratégia para o período em

que elas já não conseguem constranger os atores mais poderosos.

Reafirmar regras é necessário, mas não responde a uma pergunta decisiva: como o Brasil preservará sua autonomia enquanto essas regras não forem respeitadas? Reformar o Conselho de Segurança continua desejável, mas não oferece proteção imediata contra tarifas coercitivas, controles tecnológicos, dependências digitais ou a reconstrução de zonas de influência. A realidade do poder não desaparece porque suas manifestações são consideradas anacrônicas.

A visão de mundo que organiza o discurso reconhece a erosão da ordem internacional, mas ainda busca respostas na gramática criada durante sua expansão. Mark Carney, em Davos, partiu de uma premissa mais incômoda: a antiga ordem não voltará. Para o primeiro-ministro canadense, a ruptura exige que as potências médias fortaleçam capacidades internas e construam coalizões diferentes conforme o problema, sem esperar pela restauração do sistema anterior.

A diferença está nas consequências estratégicas extraídas do diagnóstico. Se a crise for apenas uma interrupção, recuperar a vontade política, reformar as instituições e reafirmar as regras podem bastar. Se a ruptura for estrutural, o Brasil precisará combinar sua defesa com novas formas de autonomia, capacidade nacional e cooperação seletiva.

O discurso de Lula revela que os responsáveis pela formulação internacional do governo já reconhecem grande parte das novas realidades do poder. Esse é um avanço importante. Mas reconhecer que o mundo mudou não significa necessariamente ter mudado a forma de pensá-lo. Mudou o diagnóstico. A questão é saber quando mudará também a gramática.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A corrupção e o preço do pão nosso de cada dia

Existe uma desconexão silenciosa no debate público brasileiro. De um lado, o preço da cenoura, do tomate, do leite e da carne sobe nos supermercados. Isso corrói o orçamento das famílias de menor renda e daqueles que dependem do Bolsa Família para colocar comida na mesa. Por outro lado, a corrupção é tratada como um assunto distante. Muitos a encaram como um tema abstrato, restrito à classe média escolarizada e à elite política.

Pragas

Contudo, falta ligar os dois fenômenos no debate nacional. A corrupção e o preço dos alimentos estão intimamente conectados. Afinal, os desvios não representam um problema paralelo ao custo de vida; eles funcionam como uma de suas principais causas estruturais.

Percepção pública

Os números da pesquisa BTG Pactual/Nexus, divulgada neste mês, expõem essa desconexão com clareza. Entre quem ganha até um salário mínimo, o índice cai para 12%, um terço do registrado entre quem recebe mais de cinco salários mínimos (32%).

O recorte por escolaridade segue o mesmo padrão: 31% dos eleitores com ensino superior citam a corrupção como prioridade, contra 18% entre os que possuem apenas o ensino fundamental.

O próprio instituto associou o resultado a uma lógica de sobrevivência. Quem vive no aperto financeiro diário simplesmente não possui margem mental para conectar o preço do feijão à propina paga em uma licitação.

Conexão na prática

Esse desvio de recursos pressiona os preços por caminhos bastante concretos. Obras superfaturadas encarecem a logística de transporte de alimentos, formando o chamado Custo Brasil. Além disso, recursos destinados à fiscalização sanitária e ao crédito rural subsidiado sofrem desvios. Isso reduz a produtividade do campo e, por consequência, diminui a oferta de alimentos no mercado interno.

O Estado perde receita para a corrupção. Para compensar essa diferença, o governo eleva a carga tributária sobre bens de consumo básico ou amplia o endividamento público. Essa dinâmica pressiona as taxas de juros e encarece o crédito para toda a cadeia produtiva, chegando ao consumidor final na etiqueta do supermercado.

Cenário internacional

A literatura global sobre desenvolvimento reforça esse elo. O Índice de Percepção da Corrupção, elaborado anualmente pela Transparência Internacional, revela uma correlação persistente entre baixa integridade institucional e baixo desenvolvimento humano.

O Brasil ocupa atualmente a 107ª posição entre 182 países avaliados. O país registrou nota 35 em uma escala de 0 a 100 — a segunda pior marca da série histórica iniciada em 2012. O índice brasileiro permanece abaixo da média global e da média das Américas, ambas situadas em 42 pontos.

Bolsões de pobreza

Enquanto a integridade institucional patina, a inflação de alimentos corrói o poder de compra das famílias vulneráveis. Em 2026, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou sucessivas altas puxadas pelo grupo de alimentação com produtos essenciais, sem substitutos fáceis na dieta das classes populares. São justamente esses consumidores que mais sofrem as consequências sistêmicas da má gestão e dos desvios de recursos.

Necessidade de informação

Casos recentes de macrocorrupção, como as investigações de desvios no INSS e os esquemas ligados ao Banco Master, expuseram falhas profundas no sistema financeiro. Cada real desviado nesses esquemas representa verbas que deixam de financiar o apoio à agricultura familiar ou a segurança alimentar.

É preciso reconhecer, contudo, que a inflação de alimentos também responde a fatores externos. Questões climáticas, entressafras, cotações internacionais de commodities e choques geopolíticos afetam os custos. No entanto, ela atua como um imposto invisível sobre cada refeição, enfraquecendo a capacidade do Estado de amortecer crises.

Explicar a relação entre a corrupção e o preço dos alimentos com dados concretos é uma forma de justiça social. É preciso devolver às famílias de menor renda a certeza de que a luta contra a corrupção não é um luxo de elite, mas uma condição indispensável para garantir o sustento de todos.

A frase que foi pronunciada.

"Onde a corrupção é elevada, a eficiência do gasto público cai, o investimento produtivo perde atratividade e o círculo se fecha contra o cidadão comum."

Relatório da Transparência Internacional

História de Brasília

Mas o assunto professoras já está resolvido. A verba foi mesmo liberada, e, a partir de segunda-feira, estará à disposição da Fundação Educacional. E mais: por toda a próxima semana, as professoras receberão abril e maio de uma vez. (Publicada em 26/5/1962)